

Memorando sobre Educação – “Como ensinar? O que ensinar?”

À Comissão Parlamentar de Educação e Ciência

Por: José António Salcedo

Maio 23, 2018

Contactos: Email: jsalcedo@icloud.com
 LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/josesalcedo/>

Nota: Com o objetivo de remover alguma ambiguidade que possa surgir na interpretação das ideias que exponho, utilizo por vezes termos e expressões em inglês para introduzir redundância.

Enquadramento

Neste documento sintetizo ideias que pretendo transmitir à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, como contribuição para uma reflexão sobre o tema proposto. Neste texto focarei atenção no ensino obrigatório básico e secundário, por o considerar crítico, incluindo a admissão a escolas superiores.

Educação é um tema complexo com inúmeras vertentes de natureza técnica e social, pelo que uma discussão aprofundada deverá integrar e constituir a base de qualquer processo decisório. Como contribuição pessoal, refiro neste documento princípios e ideias que a minha experiência me levou a considerar importantes. As ideias estão escritas de forma sucinta e a intenção é contribuir para um país com pessoas mais qualificadas, mais autónomas e melhor habilitadas a criar valor.

A palavra “Educar” provém de duas expressões latinas que significam trazer à superfície ou fazer emergir algo de potencial ou latente. Assim, educar é fazer emergir a natureza das pessoas, identificando, aproveitando e desenvolvendo talentos e autonomizando-as intelectualmente. Este processo de autonomização passa pela aprendizagem de conjuntos de ferramentas [*Toolsets*] relevantes para conceber e implementar processos de seleção, aquisição, análise, processamento, compreensão e comunicação de informação, em conjunto com o desenvolvimento de capacidades para realizar atividades profissionais envolvendo ciências, humanidades, artes, ofícios, indústria ou serviços, que as libertem para uma vida produtiva e motivadora. Por outras palavras, autonomizar intelectualmente uma pessoa exige que a pessoa tenha aprendido a pensar e a criar valor. Educação e liberdade estão relacionados: educar implica libertar e nunca educamos verdadeiramente ninguém enquanto a pessoa não se tiver libertado de nós.

Em mais detalhe, autonomizar intelectualmente uma pessoa significa que a pessoa aprendeu a olhar a realidade em torno de si, a construir modelos alternativos para a compreender, a utilizar conjuntos de ferramentas intelectuais de simulação e/ou a realizar experiências para obter resultados a partir desses modelos e experiências, a interpretar os resultados e, depois, a agir com base no conhecimento gerado. Saliento que não se aprende sem trabalho e esforço, porque aprender exige o desenvolvimento e estabelecimento de novos circuitos e processos neuronais e isso custa energia. Não se aprende por osmose. Em Ciência, aliás, a palavra trabalho traduz um conceito que requer método, disciplina e investimento de energia; esforço direcionado, portanto.

Podemos afirmar que, para educar, o ensino é irrelevante; o que conta é a aprendizagem, ocorra ela durante períodos convencionais de formação ou ao longo da vida como atualmente é necessário, em ambiente de escola ou *online*. Hoje em dia, ter aprendido a aprender – o que requer saber pensar e criar valor, como já referido – é uma capacidade valiosa [*skill - the ability to do something well*], uma vez que durante o nosso tempo de vida teremos de desempenhar funções variadas. Esta capacidade é essencial porque máquinas e robots, para além de realizarem trabalho pré-programado, já são capazes de aprender e de tomar decisões de forma autónoma.

Os conjuntos de ferramentas intelectuais a que podemos deitar mão residem na nossa mente e têm natureza diversa. Assim como faz sentido pensar em conjuntos de ferramentas necessárias para o exercício de uma atividade profissional que envolva ciências, humanidades, artes, ofícios, indústria ou serviços [*hard tools*], também faz sentido pensar noutro tipo de ferramentas de natureza social [*soft tools*], das quais destaco duas pela sua importância, *Linguagem e Atitudes*.

Linguagem tem de ser uma das principais capacidades a desenvolver através do processo educativo, uma vez que uma comunicação bem estruturada e clara entre pessoas é garante de sucesso em inúmeras situações da vida pessoal e profissional. Saber estruturar e expor ideias ou planos com lógica e clareza, explicando essas ideias ou planos com argumentos racionais e fundamentados, recorrendo às expressões mais adequadas, é uma capacidade com elevado valor para a autonomização intelectual de uma pessoa. Quem não tiver esta capacidade – a utilização eficaz de Linguagem – dificilmente poderá ser autónomo.

Atitudes são a nossa forma automática de pensar ou reagir a situações. Se por um lado as nossas atitudes refletem quem somos, o nosso carácter, elas determinam igualmente o nosso alcance e eficácia. Em qualquer organização, assegurar que as pessoas têm as atitudes mais apropriadas para o sucesso da organização deve constituir uma preocupação chave dos líderes da instituição. Da minha experiência, a atitude mais importante que qualquer processo educativo deve contribuir para desenvolver – e garantir que se concretiza – é a atitude de orientação sistemática à resolução de problemas [*problem solving*]. A razão de ser desta importância reside no facto desta atitude criar mais valor económico e social ao facilitar a construção de situações em que todos ganham [*win-win*].

Uma atitude de orientação sistemática à resolução de problemas envolve sempre quatro ingredientes interligados, frequentemente de forma não-linear e iterativa:

- (1) *Reconhecer a realidade* - reconhecer que existe uma situação concreta na nossa frente, focando a atenção nos factos relevantes e ignorando ficções [*Facing Reality*],
- (2) *Analisar os factos* - utilizar conjuntos de ferramentas intelectuais de simulação e/ou realizar experiências para obter resultados a partir desses modelos e experiências, e interpretar os resultados, gerando conhecimento [*Using Toolsets*],
- (3) *Decidir com autonomia* com base no conhecimento gerado [*Intellectual Independence*],
- (4) *Assumir as consequências* das decisões tomadas [*Accountability*].

Curiosamente, os itens (1), (3) e (4) definem o conceito de “responsabilidade” tal como ele é entendido em sociedades anglo-saxónicas, enquanto que o mesmo conceito tal como é entendido nas sociedades do sul da Europa se limita a (4), o que possivelmente explica o horror tão comum em assumir responsabilidades bem como a ausência de uma dimensão ética no conceito latino do termo¹.

Atendendo a estes factos, podemos afirmar que a ideia principal que exponho acima – Educar tem por objetivo formar pessoas intelectualmente autónomas e livres para uma vida produtiva e motivadora – propicia o desenvolvimento do sentido de responsabilidade e, portanto, estimula gradualmente a que gerações futuras possam vir a ter responsabilidade como um valor central da cultura que as caracteriza. Essa seria uma contribuição excelente para um futuro melhor.

Da minha experiência, as ideias acima expostas são importantes para autonomizar pessoas através de quaisquer processos educativos. Pessoas com as capacidades referidas acima serão, com elevada probabilidade, cidadãos ativos, produtivos, motivados e livres, capazes de dar excelentes contribuições a qualquer organização ou sociedade. No entanto, a sua verificação obriga a que o sistema educativo tenha um conjunto de características e um modo de funcionamento que seja propício e catalisador. Em Portugal, diria que o sistema educativo está longe de cumprir estes requisitos, devido, em particular, aos aspetos que refiro na secção seguinte, “Observações e Sugestões”.

¹ Esta distinção parece ser consubstanciada por muitos Deputados ao longo dos anos, ao classificarem ações suas de *não ilegais*, e, portanto, não censuráveis no seu entender, embora para um cidadão comum elas sejam evidentemente *não éticas*. Um comportamento deste tipo enquadra-se no entendimento latino de responsabilidade.

Nos últimos anos, o retrato nacional no contexto europeu tem melhorado; infelizmente, isso tem ocorrido frequentemente à custa de relaxar critérios, desresponsabilizando alunos, professores, escolas e famílias, e de formatar o ensino em gavetas e receitas, com sérios prejuízos para a aprendizagem. Infelizmente também, os métodos seguidos não contribuem para formar jovens que pensem e que trabalhem; aliás, nem sequer contribuem para formar jovens que respeitem o pensar e o trabalhar. Isso está errado, é perigoso e tem custado demasiado caro ao país.

Observação: Regra geral, os processos educativos têm evoluído no sentido de garantir igualdade de resultados, e isso tem sido feito através de programas de massificação do ensino que têm sido acompanhados por uma diminuição dos padrões de qualidade. Por outras palavras, os processos de aprendizagem têm sido secundarizados e os processos de ensino têm sido otimizados para eficiência, tratando todos os alunos por igual como se fossem seres humanos clonados. Com o advento de várias tecnologias de informação que atualmente se conjugam e se reforçam mutuamente, desponta a possibilidade muito mais interessante de otimizar os processos educativos não para igualdade de resultados mas sim para igualdade de oportunidades, através da diferenciação de cada aluno e de processos de customização em massa. Por outras palavras, as tecnologias modernas de acesso e partilha de informação permitem começar a formar todos os alunos de forma customizada, entrando em conta com os talentos e orientações de cada um. Uma oportunidade deste tipo abre janelas radicalmente novas para construção de sociedades significativamente mais desenvolvidas, onde as pessoas e as organizações serão capazes de criar valor com muito maior flexibilidade, adaptabilidade e eficácia [*ROI, Return on Investment*].

Observações e Sugestões

- (1) **Modelo de organização, gestão e controlo de Educação** – O modelo de organização, gestão e controlo que tem sido seguido em Portugal, em todos os níveis da Educação, é excessivamente centralizado, rígido e manipulador quer em termos organizacionais e de processos – tudo emana do Ministério da Educação – quer geográficos – centrado em Lisboa e demasiado influenciado por aspetos que dizem respeito a essa cidade. Um modelo deste tipo contribui para o desenvolvimento de ‘irresponsabilidade’, nunca de ‘responsabilidade’ no sentido que defendo acima. Tal modelo desresponsabiliza escolas, professores, alunos e famílias, para além de não permitir formar pessoas intelectualmente autónomas pois isso iria contra a própria natureza do sistema que o modelo criou: todos os processos vigentes constituiriam forças de bloqueio. A excessiva centralização do modelo educativo explica ainda a rigidez dos programas oficiais, o que também retira flexibilidade, autoridade e responsabilidade aos professores. Esta rigidez é prejudicial à aprendizagem, pois ela assume que um aluno de Mogadouro, no planalto transmontano, aprende de igual forma que um aluno do Bairro da Lapa, em Lisboa². Por outro lado, ao serem concebidos com uma influência excessiva de especialistas em Ciências de Educação, os programas estão orientados para um ‘aluno tipo’, que infelizmente surge infantilizado, e estão descolados da realidade, sendo pobre em factos, contextos objectivos, qualidade científica, criatividade e interesse, pelo que constituem um fator adicional de estímulo à exclusão³. Esta situação tem prejudicado mais os rapazes do que raparigas⁴ e tem contribuído para a introdução de desigualdades com consequências graves para a sociedade. O atual modelo de organização, gestão e controlo de Educação foi concebido e está implementado pelo tipo errado de pessoas e de cima para baixo [*top-down*], quando deveria ter sido concebido de forma radicalmente diferente. Ao Ministério deve caber a responsabilidade de definir grandes objetivos, orçamentos e as regras gerais de funcionamento do sistema e respetiva avaliação regular, enquanto que às escolas e aos professores, com estreita ligação à comunidade, à autarquia local e às famílias, deve caber estabelecer a sua operacionalidade e controlo de primeira instância. O sistema de Educação implementado em Portugal, de momento, parece ter sido pensado para justificar a existência de um número absurdo de burocratas e pedagogos no Ministério da Educação. Ele não serve de facto quem deveria servir – os alunos, autonomizando-os e libertando-os para uma vida plena. O tecido escolar deveria produzir jovens libertos dos seus formadores, capazes de pensar e de criar valor, equipados com as ferramentas que sejam necessárias para construir o seu futuro. O sistema está orientado para a formação de funcionários bem comportados; no entanto, a sociedade necessita de pessoas autónomas que saibam pensar e criar valor [*creative critical thinkers*].
- (2) **Liberdade de escolha** – O Estado não tem o direito de coartar a liberdade de escolha de pais e famílias, no que respeita à escolha da escola onde entendem ser mais apropriado os filhos estudarem, seja por critérios de qualidade escolar seja por critérios de conveniência logística familiar.

² Como exemplo adicional desta rigidez, podemos referir o critério cego “número mínimo de alunos” que o Ministério utiliza para encerrar uma escola no interior, forçando deslocar alunos entre o pré-escolar e o 12º ano para escolas a 30-50 km, diariamente, entre as 6h da manhã e as 21h da noite.

³ Segundo uma expressão que se ouve proferir com frequência por alunos e professores, *os programas são uma seca*.

⁴ Números recentes evidenciam que a maioria dos jovens que abandona o ensino obrigatório é do género masculino.

A legislação atual prejudica a vida das famílias e convida à fraude, para além de contribuir para um ensino de pior qualidade ao não uma participação mais empenhada de pais e famílias nas escolas por estes escolhidas. Adicionalmente, as escolas/colégios que conseguem melhores médias nos exames nacionais não são necessariamente as que garantem uma aprendizagem com melhor qualidade e resiliência dos alunos para a vida.

- (3) **Descentralização** – Em anos recentes, o Estado deu sinais inequívocos de pretender descentralizar alguns aspetos dos processos educativos a nível básico e secundário. Essa intenção é louvável e é essencial para o desenvolvimento do país. Uma descentralização bem pensada e implementada pode e deve ser o contexto necessário para implementar um novo tipo de paradigma de Educação, que poderia acolher com naturalidade e eficácia as ideias que defendo acima, entre outras, no sentido de uma progressiva autonomia e responsabilização de todos. Infelizmente, isso não ocorre. Em particular, se olharmos à forma como a legislação da descentralização foi concebida e tem vindo a ser implementada, agora com o envolvimento das autarquias, verificamos que as escolas deixam de ter um dono, o Estado, para passar a ter dois, o Estado e a Autarquia onde se inserem. Em resultado, a carga burocrática que agora é exigida à gestão das escolas e aos professores vem praticamente duplicada, o que é absurdo. A agravar, os professores continuam sem autoridade nem oportunidade para exercer responsabilidade. Se o Estado pretende realizar descentralização, no mínimo que o faça com visão estratégica e competência.
- (4) **Autonomia** - Para se educar, escolas e professores têm de ser capazes de operar com um elevado nível de autoridade e correspondente responsabilidade. Por outras palavras, com autonomia. No momento presente, não existe autonomia.
- (5) **Dependência política e partidária** – Considero inadmissível a dependência política e até partidária a que Educação está sujeita. Os cargos de nomeação política deveriam estar limitados à função de Diretor-Geral ou superior. Todos os demais cargos deveriam ser preenchidos por nomeação sob critérios estritamente técnicos e ser rigorosamente independentes e imunes em relação a eleições legislativas. A interferência de políticas partidárias no sistema educativo, a que os sucessivos Governos não têm resistido, não deve ocorrer para além da definição das orientações estratégicas, dos grandes objetivos a atingir, da avaliação do seu cumprimento e dos correspondentes orçamentos. Não podemos admitir que Educação seja campo aberto para um qualquer Governo nomear milhares de pessoas para todo o tipo de funções no sistema, infelizmente regra geral pessoas incompetentes, nem para introduzir ideologias políticas nos processos para formatar intelectualmente gerações futuras. Educação tem de ser precisamente o oposto, como referido na primeira parte deste texto.
- (6) **Instabilidade** – Com frequência, o Ministério da Educação altera objetivos e processos de forma irracional e imprevisível, por vezes até a meio de um ano letivo, o que introduz uma elevada instabilidade na vida das escolas, professores e alunos. Defendo que todas as propostas de alteração sejam bem planeadas e amplamente discutidas para apenas poderem ser implementadas, se aprovadas, no segundo ano letivo subsequente. Defendo ainda um pacto político a celebrar no Parlamento e que garanta um horizonte de estabilidade em Educação, durante períodos mínimos de 10 anos.

Educação não pode continuar a ser vítima de reformas sucessivas – frequentemente irrefletidas - por cada governo eleito ou ministro nomeado, numa lógica de “*o meu ministro sabe/inova mais do que o teu*”.

- (7) **Orientação de processos e métodos** – O Ministério da Educação tem vindo a implementar processos e métodos que vão no sentido contrário ao que defendo no Enquadramento deste texto. Em vez de contribuírem para a libertação dos jovens, autonomizando-os, esses processos e métodos têm contribuído para os aprisionar a dependências que irão explorar a dificuldade do jovem pensar e de criar valor. Por exemplo, obrigar alunos a passar tantas horas por dia na escola é insensato e contribui para o abandono escolar assim como para a limitação do futuro dos jovens. Perdem-se muitos jovens com potencial, e os que sobrevivem ao sistema⁵ ficam debilitados para enfrentar a vida. Com o advento de máquinas que pensam e que aprendem por si, as dificuldades agora sentidas pelos jovens poderão ficar muito agravadas num futuro breve.
- (8) **Seleção, formação e avaliação de professores** – A profissão de professor deveria ser uma das mais prestigiadas na sociedade. Embora isso ocorra no norte da Europa, está longe de ocorrer no sul, particularmente em Portugal. Para assegurar a dignificação da profissão, apenas os candidatos manifestamente mais qualificados deverão ser admitidos ao exercício da profissão. Para tal, sugiro os seguintes requisitos a cumprir por todas as pessoas que pretendam aceder à carreira de professor para trabalhar em qualquer nível do processo educativo obrigatório (1.º, 2.º e 3.º ciclos básico e secundário): (1) Licenciatura e Mestrado em áreas que vão determinar as matérias que poderá ministrar, com classificações finais que coloquem o candidato no topo 25% nacional do ano em que obteve os graus, (2) um ano de formação pós-mestrado cobrindo áreas como gestão escolar, processos e métodos educativos, de acordo com diretrizes nacionais a estabelecer pelo Ministério da Educação. Este ano de formação pós-mestrado deve ser ministrado por um Departamento de Ciências de Educação de uma universidade pública, não devendo existir mais do que 5 tais departamentos destes no país, (3) Contratos temporários de 5 anos renováveis, tornando-se efetivos ao final de 10 anos de serviço com avaliação positiva, (4) Durante o exercício das suas funções, o professor será avaliado anualmente, em termos formativos, pela escola onde trabalha; no final de cada período de 5 anos será avaliado por uma Comissão Independente de âmbito nacional, (5) A progressão na carreira de cada professor será realizada com base nos resultados das suas avaliações no final de cada período de 5 anos, não existindo progressões por antiguidade, (6) O vencimento dos professores que cumpram estes requisitos deverá ser apreciavelmente superior ao vencimento atual e ser compatível com o vencimento aplicável a um quadro técnico de nível comparável do sector privado. Se estes requisitos forem cumpridos, estou certo de que professores com elevada qualidade e estimulados por verem o seu mérito reconhecido darão um contributo valiosíssimo para o desenvolvimento do país⁶.

⁵ Em geral, raparigas sobrevivem melhor do que rapazes.

⁶ Essa contribuição será certamente mais valiosa do que as contribuições dos milhares de assessores e consultores contratados por inúmeras entidades públicas, governos e as autarquias incluídas, frequentemente sem a mais pequena justificação profissional.

Saliento ainda que o papel dos professores se alterou radicalmente nos últimos anos. Com a disseminação das fontes de informação com acesso fácil e gratuito, o professor já não desempenha o papel de fonte de informação mas sim de orientador ou tutor [*coach*] dos alunos para a descoberta de novas rotas de produção e aplicação de conhecimento e de novos desafios, assim como de estimular o desenvolvimento da curiosidade e do gosto por aprender. Como já referi, na atualidade o ensino é irrelevante e o que conta é a aprendizagem, incluindo o gosto e a capacidade de aprender de forma autónoma e ao longo da vida. Idealmente, essa aprendizagem pode e deve estimular o desenvolvimento dos talentos que cada pessoa terá e um professor desempenha um papel crítico no reconhecimento e na potenciação desses talentos.

- (9) **Integração de curricula e orientação a projetos** - Para se educar, ciências, humanidades e artes devem fazer parte integrante de todos os curricula durante todo o ensino obrigatório. Para se educar, os jovens têm igualmente de aprender a fazer, gerir e reportar projetos tal como referi no início deste texto. Todo o processo educativo deveria estar centrado não em aulas em quantidade elevada mas sim na preparação e execução de uma cadeia de projetos, que estimulassem a aprendizagem dos alunos nas vertentes referidas no início deste documento: (1) *Reconhecer a realidade* - reconhecer que existe uma situação concreta na nossa frente, focando a atenção nos factos relevantes e ignorando ficções [*Facing Reality*], (2) *Analisar os factos* - utilizar conjuntos de ferramentas intelectuais de simulação e/ou realizar experiências para obter resultados a partir desses modelos e experiências, e interpretar os resultados, gerando conhecimento [*Using Toolsets*], (3) *Decidir com autonomia* com base no conhecimento gerado [*Intellectual Independence*], (4) *Assumir as consequências* das decisões tomadas [*Accountability*].
- (10) **Exames** - Para educar é necessário valorizar mérito. Neste contexto, exames nacionais bem estruturados (no sentido de aferições sérias e úteis para todos) no final de cada ciclo educativo - 3º ciclo básico, 9º ano, e secundário, 12º ano - desempenham um papel essencial. Os exames devem aferir a verificação das competências mínimas estabelecidas pelo Ministério da Educação para cada ciclo⁷, ou seja, a eficácia da aprendizagem, assim como a forma como o sistema educativo se está a comportar. Defendo que não devem ser atribuídas classificações nestes exames, apenas um certificado de conclusão do ciclo correspondente. Desta forma, desaparece o negócio lucrativo das escolas privadas que dão elevadas classificações a alunos para facilitar o acesso às escolas superiores, frequentemente de forma irresponsável e com prejuízo do cumprimento efetivo dos programas oficiais. Assim, a responsabilidade de seleção dos alunos que pretendem seguir uma via superior, é transferida integralmente para as escolas superiores, onde sempre deveria ter estado. Se uma escola superior não receber candidatos em número minimamente aceitável, tal deveria conduzir ao seu encerramento e não à sua subsídição. Saliento que a tendência atual de anular todos os exames durante o ensino obrigatório me faz temer uma desqualificação perigosa do processo educativo através do estímulo do facilitismo e da irresponsabilidade, o que conduz ao aumento da probabilidade de ideologias políticas defendidas por governos específicos virem a deformar gerações futuras mais débeis intelectualmente e menos críticas, estimulando a sua dependência do Estado em vez da sua autonomia intelectual.

⁷ É importante salientar *competências mínimas*. Os exames não devem salientar a esperteza ou até a manhosice do examinador, mas sim verificar se as competências mínimas estabelecidas oficialmente foram adquiridas ou não.

- (11) **Admissão a escolas superiores** – A seleção dos alunos que são admitidos por uma qualquer escola superior deve ser da responsabilidade exclusiva dessa escola, e deve ser feita de acordo com critérios de seleção concebidos, publicados e amplamente divulgados por cada instituição. Por outras palavras, cada escola superior deve realizar as provas que entender para selecionar os alunos que pretenda admitir, de acordo com as metodologias e o orçamento que entenda aplicar⁸. Os alunos devem ser livres para se candidatar às escolas superiores que melhor entendam e para fazer a sua escolha final de acordo com os resultados obtidos nas candidaturas que tenham realizado. Educação de nível superior não é um direito mas sim um privilégio que acarreta responsabilidades, nomeadamente a responsabilidade de estudar e aprender. O Ministério da Educação não deve interferir de forma alguma nesta seleção.
- (12) **Influência de especialistas em Ciências de Educação** – Em Portugal, especialistas em Ciências da Educação exercem uma influência desproporcionada no sistema educativo, a todos os níveis. Considero que esta situação constitui um problema sério que distorce e desvirtua Educação. O Ministério da Educação também padece deste problema. Uma consequência deplorável é a carga ideológica que é notória nos programas estabelecidos pelo Ministério, sendo a situação por demais evidente a observadores externos independentes.
- (13) **Escolas Superiores de Educação** – Considero que as Escolas Superiores de Educação têm desempenhado um papel prejudicial ao país. A fraca qualidade da maioria dos seus alunos conduz a maus professores com frequência excessiva; a agravar, estas escolas não conseguem competir com universidades ou politécnicos no que respeita às condições de formação científica dos seus alunos, o que conduz frequentemente a professores sem as competências necessárias para exercer a sua profissão com a qualidade e responsabilidade que deveriam caracterizar sempre a sua actividade. Na sequência do exposto acima, defendo que estas escolas sejam extintas na totalidade, distribuindo os seus melhores quadros e recursos por um número reduzido de departamentos de Ciências de Educação em universidades, não mais do que 5 em todo o país. Esses departamentos teriam por missão principal executar o ano de formação pós-mestrado que propus acima, a todos os candidatos a professor.
- (14) **Modernização tecnológica das escolas** – Para que Educação seja eficaz no que respeita à aprendizagem dos alunos, as escolas têm de estar equipadas de forma adequada. É essencial assegurar acesso à internet por banda larga (1 Gb/s por escola, uma vez que a largura de banda será repartida), assim como garantir um computador por aluno, configurado com um sistema operativo moderno e aplicações devidamente atualizadas. As ferramentas mais adequadas para desenvolvimento de software devem também estar disponíveis para os alunos. Atualmente, isso não ocorre nem de perto nem de longe, nem quanto ao acesso a banda larga nem quanto à disponibilidade de ferramentas adequadas de IT para os alunos e professores. Em resultado, a preparação de alunos em IT inicia-se demasiado tarde e é claramente insuficiente. Esta situação tem consequências graves, uma vez que as oportunidades de trabalho e emprego mais interessantes exigem conhecimentos de IT que as escolas não têm conseguido assegurar por falta de regulação e meios.

⁸ Uma escola superior que não saiba estabelecer o perfil dos alunos que quer ter e/ou não pretenda fazer a sua seleção, assumindo por ela completa responsabilidade, é uma escola que não deve existir e que deveria ser encerrada.

É igualmente necessário equipar as escolas de laboratórios para realização de projetos nas principais áreas lecionadas nas escolas, como Física, Química, Biologia, Artes, Oficinas e outras.

- (15) **Experiências Piloto** – Transformar o atual modelo e correspondente sistema de Educação da forma que advogo neste documento não será fácil num país como Portugal. Porém e em última instância, estou convencido de que o futuro do país dependerá significativamente da medida em que o consiga fazer. Assim, proponho o planeamento e a execução de um Programa de projetos-piloto que se poderia intitular “Programa 5” - 5 escolas, 5 anos, 50 milhões de euros, 500 professores e 5.000 alunos. Neste programa, escolher-se-iam 5 escolas do interior, nenhuma delas reconhecida por ter uma posição elevada em *rankings* nacionais, cada uma com capacidade e condições para educar 1.000 alunos. Em cada uma dessas escolas implementar-se-ia um projeto-piloto de 5 anos para educar os seus 1.000 alunos, contratando-se um corpo autónomo de professores e de quadros técnicos que cumpram os requisitos e possam trabalhar nos termos e com a orientação estratégica que defendo neste documento. Essas pessoas teriam igualmente a responsabilidade de verificar até onde se consegue ir em termos de aprendizagem se forem cumpridos os princípios que defendo assim como outros que resultem de uma reflexão mais alargada e aprofundada. A cada escola seria atribuído um orçamento de 10 milhões de euros para o período de 5 anos, para um total de 50 milhões de euros de custo do Programa, um custo modesto. Este Programa permitiria testar metodologias fora das caixas habituais do Ministério, e obter ensinamentos valiosos sobre a melhor forma de estender as melhores práticas a outras escolas. Estou convencido de que os resultados seriam extraordinários.

Síntese

Defendo:

- Um modelo de Educação que forme pessoas intelectualmente autónomas, capazes de pensar e de criar valor. Essas pessoas serão cidadãos livres e investirão o seu saber e fazer;
- Uma efetiva descentralização da Educação que produza ambientes regionais e locais de aprendizagem onde processos e métodos se desenvolvam num cenário de estabilidade temporal, com autonomia das escolas e dos professores;
- A valorização dos professores e das suas carreiras, com a correspondente elevação de qualidade e reconhecimento social da sua importância;
- A imunidade da Educação em relação a ideologias e interferências políticas excessivas, porque Educação é a via mais crítica para o desenvolvimento do país.

Apenas melhorando e reestruturando profundamente o Ensino público, é que se garante também uma verdadeira igualdade de oportunidades aos jovens e futuros cidadãos deste país.

Adicionalmente, o futuro não se constói com receitas do passado. Portugal tem de crescer a taxas muito mais elevadas do que tem crescido, e isso apenas se consegue quando o país criar mais valor do que tem sido capaz de criar. Isso exige um sistema de Educação que forme pessoas mais qualificadas, mais livres e mais capazes de criar valor.

Há um Portugal novo a despontar. Um Portugal de responsabilidade e de trabalho, mais internacional e cosmopolita, mais educado, criativo e inovador, que cria valor com base em conhecimento. A responsabilidade da Assembleia da República é garantir as melhores condições para que isso aconteça. A nossa é colaborar nesse processo.

Muito obrigado pela oportunidade e pela atenção.